
LIVROS RECÉM-LANÇADOS SOBRE
AGRICULTURA FAMILIAR, NO ÂMBITO DA
COOPERAÇÃO FRANÇA-BRASIL

**A construção local dos territórios da Agricultura Familiar
(Amazônia – Nordeste)**

Parte 1: A intervenção local em questão

REVISTA AGRICULTURA FAMILIAR: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento. Belém, PA: UFPA-CA-NEAF, v. 1, n. 2, 2000. 147 p.

Este número temático da Revista Agricultura Familiar – Pesquisa, Formação e Desenvolvimento –, publicada pelo Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar da UFPA, tendo por editores Christophe Albaladejo e Iran Veiga Jr., comporta cinco artigos produzidos no âmbito do acordo de cooperação técnica entre Brasil e França, na Região Amazônica e no Nordeste. Nele é discutida a noção de “localidade”, no sentido de lugar compreendido pelas dinâmicas dos territórios da agricultura familiar e *locus* da intervenção de desenvolvimento. Quais são os objetos sociais e territoriais que se formam com o avanço da colonização no Nordeste? É disso que tratam P. Gama, E. Sabourin, P. Caron e B. Hubert. Quais são as práticas de desenvolvimento utilizadas em âmbito local? C. Castellonet, J. Hébette, M. Henchen, I. Salgado e C. Castellonet tratam da questão das relações entre os diferentes níveis de organização e relativizam a importância do âmbito local. L. Grandchamp mostra a interdependência das localidades rurais e do meio urbano, fazendo a análise das práticas sociais das famílias de agricultores amazônicos. M. C. D’Incao tenta qualificar o funcionamento social nas localidades e nas organizações de agricultores em relação ao conceito de democracia, mostrando a importância dos comportamentos aprendidos antes da migração nas zonas de origem desses agricultores, e reproduzidos na Amazônia, entre os quais se destaca o clientelismo.

Livros recém-lançados sobre agricultura familiar, no âmbito da cooperação França-Brasil

A construção local dos territórios da Agricultura Familiar (Amazônia Oriental)

Partes 2 e 3: Organizações sociais e saberes locais frente à ação de desenvolvimento

REVISTA AGRICULTURA FAMILIAR: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento. Belém, PA: UFPA-CA-NEAF, v. 1, n. 3, 2002. 218 p.

Entre os seis trabalhos de pesquisa que compõem este número temático da Revista Agricultura Familiar – Pesquisa, Formação e Desenvolvimento –, quatro foram apoiados diretamente pelo Programa Interdisciplinar de Pesquisas “Meio Ambiente, Vida e Sociedade”, mais precisamente pelo Comitê Científico Sistemas Ecológicos e Ações do Homem (SEAH), criado em 1994. Os outros dois trabalhos tratam da mesma região de Marabá, às margens da Rodovia Transamazônica, e testemunham as estreitas relações que foram estabelecidas com outros pesquisadores. Esses trabalhos de pesquisa foram realizados no âmbito de um programa dirigido por C. Albaladejo, entre 1996 e 1999, intitulado Prometer (Implementação de Projetos de Controle Local da Evolução do Território nas Fronteiras Agrárias da América do Sul). Não se trata de um balanço, mas do estado dos conhecimentos adquiridos no quadro do Programa Prometer sobre uma região específica da Amazônia. Essa obra é antes de tudo centrada na análise das condições de cooperação entre os saberes e as organizações locais dos agricultores e os saberes e os modos de organização das instituições de desenvolvimento voltadas à implementação de uma agricultura sustentável nas fronteiras agrárias amazônicas. As condições dessa difícil cooperação – uma “utopia necessária”, como entendem os editores – são aqui analisadas do ponto de vista da construção local do território.

Para além da produção: multifuncionalidade e Agricultura Familiar

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Ed.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro, RJ. Mauad: NEAD, 2003. 230 p.

Lançada no debate público há poucos anos, a noção de multifuncionalidade da agricultura permite recolocar os termos em que a agricultura foi

inserida na problemática do desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que oferece as bases para que sejam repensadas as políticas agrícolas em vigor no tocante às transferências sociais de benefícios aos agricultores. Ao privilegiar a integração das diversas esferas sociais e econômicas, essa noção resgata uma tradição das Ciências Sociais: os estudos do campesinato, trazendo para o foco da análise categorias sociais, normalmente invisíveis, da perspectiva das políticas públicas. Ao romper com o enfoque setorial, a abordagem da multifuncionalidade amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura, que deixa de ser entendida somente como produtora de bens agrícolas, acionando assim o tema da pluriatividade e da heterogeneidade das lógicas de reprodução social camponesa. Esse novo olhar sobre a agricultura familiar permite analisar a interação entre famílias e territórios na dinâmica de reprodução social.

Os artigos que compõem a coletânea buscam verificar se e como a noção de multifuncionalidade da agricultura contribui para a compreensão de processos sociais, econômicos e culturais em curso no meio rural brasileiro. Os estudos de caso foram realizados em três regiões brasileiras: Nordeste, Sudeste e Sul. A observação e a análise estão centradas nas seguintes funções da agricultura familiar no Brasil: a) reprodução socioeconômica das famílias rurais; b) promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; c) manutenção do tecido social e cultural; d) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. Além dos estudos de caso no Brasil, a coletânea apresenta três estudos sobre a realidade francesa.

Les deux visages du Sertão: stratégies paysannes face aux sécheresses, Nordeste, Brésil

(As duas caras do Sertão: estratégias camponesas frente às secas, no Nordeste, Brasil)

COHEN, M.; DUQUE, G. **Les deux visages du Sertão: stratégies paysannes face aux sécheresses** (Nordeste, Brésil). Paris: IRD Éditions, 2001. 388 p.

A fragilidade dos pequenos produtores do Nordeste do Brasil diante da seca foi objeto de uma pesquisa interdisciplinar, que reuniu cientistas france-

Livros recém-lançados sobre agricultura familiar, no âmbito da cooperação França-Brasil

ses e brasileiros. As interações das sociedades rurais e seu meio ambiente são visualizadas pelos prismas das ciências sociais e das ciências da natureza. O objetivo é avaliar a durabilidade social e a ecológica das estratégias dos produtores do Semi-Árido, da escala regional até a escala local.

Dois grupos de agricultores representam as duas faces do Sertão: o primeiro, tradicional, corresponde ao sistema agropecuário, constrangido pela lenta degradação das caatingas; o segundo, o modernizado, é dedicado à irrigação de hortifrutigranjeiros, enfrentando a fragilidade dos recursos hídricos e dos solos.

O acompanhamento desses dois grupos durante 12 anos permitiu avaliar o impacto das secas, da variabilidade do contexto socioeconômico, bem como da própria dinâmica social desses produtores em sua evolução em médio prazo.

Agricultura Familiar, meio ambiente e desenvolvimento. Ensaios e pesquisas em Sociologia Rural

DUQUE, G. (Org.). **Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento**: ensaios e pesquisas em sociologia. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2002. 237 p.

Essa coletânea de ensaios organizada por Ghislaine Duque é o resultado de pesquisas de professores e alunos participantes do Grupo de Pesquisa sobre Agricultura Familiar, ligado ao curso de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no estado da Paraíba.

Os trabalhos foram organizados em três grandes partes. A primeira aborda a relação entre meio ambiente e desenvolvimento, em particular na Região Semi-Árida do Nordeste. A segunda trata do desafio da sustentabilidade para a agricultura familiar. A terceira analisa o caso dos assentamentos de reforma agrária.

O futuro das regiões rurais

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. 180 p.

Este livro do professor Ricardo Abramovay mostra que a revalorização das regiões interioranas é um dos mais importantes fenômenos demográficos, sociais e culturais do início do milênio. As aglomerações metropolitanas nunca cresceram tanto como ocorreu durante a segunda metade do século 20. Apesar disso, já se notam sinais consistentes de que as áreas escassamente povoadas apresentam um dinamismo que contradiz as previsões segundo as quais o mundo rural desempenharia um papel de menor importância no desenvolvimento contemporâneo. Depositários principais da biodiversidade, de um rico patrimônio paisagístico e de formas de vida crescentemente valorizadas nos dias de hoje, os espaços rurais ganham dimensões promissoras para o processo de desenvolvimento.

Laços financeiros na luta contra a Pobreza

ABRAMOVAY, R. (Ed.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo, SP: Annablume: Fapesp, 2004. 246 p.

Essa obra traz um conjunto de estudos de casos regionais extraordinariamente informativos. Eles perpassam diversas disciplinas e revelam o complexo e, em grande parte, oculto mundo das transações financeiras entre as populações rurais. Essas transações são amplamente difundidas e apóiam-se nas necessidades de liquidez, poupança e seguro dos domicílios pobres, fatores que ganham importância quanto maior for a pobreza das famílias. Os serviços financeiros são importantes para suprir as necessidades dos domicílios, tanto em suas estratégias de consumo como em virtude da pluriatividade que marca suas iniciativas de geração de renda. Eles são oferecidos por meio de ampla variedade de atores tradicionais e espelham, conseqüentemente, as condições de dependência pessoal, a patronagem e o clientelismo, que caracterizam a rede de relações sociais em que os pobres estão inseridos, e que contribui para a reprodução da pobreza.

Os serviços creditícios formais oferecidos pelos bancos comerciais são incapazes de satisfazer essas necessidades. O sistema emergente de cooperativas de crédito em que se apoiaram os estudos apresentados neste livro enfrenta um duplo desafio: responder à especificidade da demanda de serviços financeiros por parte dos pobres e oferecer esses serviços de forma eficiente, em condições diferentes das que marcam as modalidades vigentes, as quais exprimem relações sociais típicas do subdesenvolvimento. Nenhum estudo se iguala a esse em informações sobre a condição financeira dos pobres, nem utiliza tanto rigor analítico. O livro mostra que retirar as transações da rede tradicional de relações sociais que envolve os pobres vai requerer importantes inovações institucionais que, em grande medida, estão sendo levadas adiante.

(Texto de Alain de Janvry, professor titular da Universidade da Califórnia – Campus de Berkeley)

Políticas públicas e participação social no Brasil Rural

SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS: NEAD-MDA, 2004. 252 p.

A participação social nos processos de discussão, elaboração, deliberação e gestão das políticas e ações governamentais foi uma das principais “bandeiras” do discurso de agentes sociais e políticos atuantes no processo de redemocratização do Brasil. Da mesma forma, a descentralização das iniciativas governamentais também se tornou um elemento marcante dos discursos e de recentes propostas políticas democratizantes. O reforço e o maior protagonismo dos estados e municípios, em contraponto à significativa centralização que marcou a formulação e a implantação das políticas públicas durante os governos militares, apresentavam-se como condição de superação de diversos impasses e problemas identificados na atuação do Estado brasileiro (ineficiência, excessiva burocratização, distanciamento em relação às efetivas necessidades sociais, corrupção, autoritarismo, etc.). Mais próximas aos cidadãos e aos problemas concretos da população, as esferas locais do Estado foram reinterpretadas, contrariamente à tradicional visão que as identificava como

espaço privilegiado de reprodução dos arcaísmos da sociedade brasileira, como *locus* da inovação institucional e da geração de respostas efetivas para as demandas e os interesses sociais.

A implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) parece ter concorrido decisivamente para a ebulição do debate sobre a participação social e a descoberta do 'local' como ambiente privilegiado para a democratização do meio rural brasileiro. Assim, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), apesar das precariedades freqüentemente salientadas, podem ser percebidos favoravelmente, em virtude de seu potencial de transformação política.

Por essa ótica, a instalação dos conselhos municipais, concebidos como lugar privilegiado para a participação e a gestão social, enquadra-se na perspectiva de que respostas adequadas aos sistemas de produção típicos da agricultura familiar devem considerar ao máximo a realidade local. Dessa maneira, os projetos financiados exigem a incorporação das aspirações e das experiências dos agricultores familiares.

A partir desse panorama, torna-se oportuno perguntar: em que medida a experiência dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, gerados nesse amplo processo de constituição de espaços de participação social que vem se desenvolvendo por mais de uma década no Brasil, representou um efetivo processo de democratização da elaboração e gestão das políticas locais de desenvolvimento rural? Que mudanças nas configurações de poder localmente constituídas foram produzidas a partir da instituição desses canais de participação? É possível observar alterações na "balança de poder" local, tradicionalmente pendente para o lado das elites políticas e econômicas? Enfim, identifica-se o chamado "empoderamento" dos agricultores familiares e suas formas associativas por parte dos atores políticos e dos outros componentes da sociedade civil local?

A partir de estudos de um amplo conjunto de experiências empíricas, os artigos que compõem o livro *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*, publicação da série Estudos Rurais, da Editora da UFRGS, contando com o apoio do Nead, apresentam elementos significativos para a formulação de algumas respostas a esses questionamentos.

Livros recém-lançados sobre agricultura familiar, no âmbito da cooperação França-Brasil

Les fronts pionniers de l'Amazonie Brésilienne. La formation de nouveaux territoires.

(As frentes pioneiras da Amazônia Brasileira. A formação de novos territórios)

ALBALADEJO, C.; TULLET, J. C. (Ed.). **Les fronts pionniers de l'Amazonie brésilienne**: la formation de nouveaux territoires. Paris: L'Harmattan, 1996. 358 p.

A redução da floresta primária da Amazônia suscita fortes preocupações por parte de numerosas organizações e indivíduos. No entanto, há pouco interesse em investigar aquilo em que se transformaram esses territórios depois de desprovidos de suas principais riquezas florestais, quando, então, se transformam sob o impacto das atividades de um grande número de indivíduos, famílias e empresas, tornando-se ambientes de vida e de trabalho. O paradoxo é que a expansão da fronteira depende muito do porvir desses territórios. Essa obra coletiva propõe uma análise da evolução em curso tanto em âmbito regional quanto em local, de maneira a apreender as grandes tendências que se impõem aos atores e as possibilidades de ação que talvez permitam controlar as transformações em curso e ajudar a tornar menos violentas as confrontações entre índios, grandes empresas, fazendeiros e o Estado na construção dos Territórios.

Une décennie de développement durable en Amazonie rurale brésilienne

(Uma década de desenvolvimento sustentável na Amazônia rural brasileira)

ALBALADEJO, C.; ARNAULD DE SARTRE, X.; GUÉTAT-BERNARD, H. (Ed.). **Une décennie de développement durable em Amazonie rurale brésilienne**. Paris: L'Harmattan, 2004. 360 p. (Recherches Amérique Latine).

Decorridos 10 anos da realização da Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, em junho de 1992, pergunta-se no que se transformaram as boas resoluções para uma região com enormes desafios ambientais, que é a Amazônia. Os olhares coordenados de 16 especialistas franceses e brasileiros contri-

buem, nessa obra, para uma análise em profundidade da realidade de campo do “desenvolvimento sustentável”, tanto do ponto de vista das ações dos poderes públicos e agências de desenvolvimento quanto das novas relações que estabelecem as populações amazônicas com seus territórios.

“Desenvolvimento participativo”, “gestão concertada dos recursos naturais”, “descentralização” tornaram-se somente palavras de ordem ou constituem novas práticas de desenvolvimento? “Democratização”, “igualdade e justiça”, “sedentarização”, “respeito ao meio ambiente” são processos em curso ou ideais ilusórios nas sociedades violentas e depredadoras das frentes pioneiras?

Esta obra contribui para uma reflexão bem orientada sobre uma região que foi, por excelência, um campo de experimentação de novos métodos de ação e constitui, hoje, um verdadeiro laboratório do desenvolvimento sustentável.

Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências¹

SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. (Ed.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Montpellier: Cirad; Campina Grande: UFPB; Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 402 p.

Versão francesa abreviada:

SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. (Ed.). **Planification du développement territorial au Brésil**. Montpellier: Cirad; Campina Grande: UFPB, 2002. 116 p.

Globalização dos mercados e dos meios de comunicação, evolução rápida das tecnologias e das condições de produção, mutação das estruturas político-administrativas e das relações campo–cidade... Como abordar a análise e o planejamento do desenvolvimento num mundo rural objeto de transformações tão rápidas e radicais?

¹ Colaboraram para esse livro: Ricardo Abramovay, Laudiceia Araújo, Claire Cerdan, Jacob Carlos Lima, Maria Dione de Moraes, Emilia Moreira, Raimundo A. de Oliveira, Ivony L. Monteiro Saraiva, Denis Sautier, Luciano Silveira, Ivan Targino, Jean Philippe Tonneau, Sergio Luiz de O. Vilela e Maria de Nazareth Baudel Wanderley. Prefácio de Paulo Roberto Coelho Lopes.

São questões para as quais o seminário intitulado “Planejamento do desenvolvimento territorial” tentou fornecer respostas a partir de trabalhos e estudos de caso conduzidos no Brasil e na França. Esse livro reúne um conjunto de textos produzidos por esse seminário, que estão organizados em três partes.

A primeira trata da abordagem territorial do desenvolvimento rural, mobilizando diversas contribuições conceituais. A segunda, “Análises temáticas e políticas de desenvolvimento territorial”, reúne oito estudos de caso de acordo com os quatro eixos de desenvolvimento territorial proposto por Michel Sebillote (2000), a saber: i) cadeias comerciais, produtos e territórios; ii) emprego e renda, diversificação das atividades rurais; iii) governança, planejamento e coordenação de políticas públicas; e iv) lógicas da inovação e desenvolvimento territorial.

Os trabalhos apresentados ilustram a pertinência do cruzamento entre enfoques setoriais e enfoques territoriais do desenvolvimento para poder interpretar e valorar as múltiplas dimensões do rural, assim como para responder às novas demandas institucionais e metodológicas.

Essas contribuições mostram que as questões recorrentes da atualidade (globalização, desengajamento do Estado, descentralização, desestruturação das cadeias reguladas, e outras) condicionam novas formas de apoio ao desenvolvimento rural. Invocam, sobretudo, novas maneiras de pensar as relações entre níveis de decisão e escalas territoriais, entre o local e o regional, entre a ação pública e a ação coletiva.

Camponeses do Sertão – Mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil

Edição brasileira de *Paysans du sertão: mutations des agricultures familiales dans le Nordeste du Brésil*. Montpellier: Cirad-Embrapa, 2001, 243 p.

CARON, P.; SABOURIN, E. (Ed.). **Camponeses do sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Montpellier: Cirad, 2003. 293 p.

No Brasil, o Nordeste tem má reputação. É a “região problemática”. A agricultura familiar, que ocupa a imensa maioria da população rural, é ge-

ralmente considerada pouco produtiva e inadaptada ao contexto atual de liberalização econômica. É tida freqüentemente como pouca receptiva a inovações ou, em outras palavras, retrógrada. Para a maioria dos agentes de desenvolvimento e responsáveis políticos, é preciso reorganizá-la e integrá-la ao mercado, difundindo tecnologias modernas, via privilegiada para o desenvolvimento, que deve ser seletivo, pois, em sua forma atual, a agricultura familiar estaria condenada a desaparecer.

*Camponeses do Sertão*² mostra que a realidade da agricultura familiar é, de fato, complexa. Esse livro baseia-se nas pesquisas realizadas no âmbito do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Nordeste Semi-Árido, conduzido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pelo Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (Cirad), com o apoio do Ministério de Assuntos Exteriores da França e de diversos parceiros regionais. Os estudos realizados entre 1987 e 1997 indicam que, ao contrário do discurso dominante, as agriculturas familiares conhecem profundas mutações técnicas, econômicas e sociais. Esses estudos destacam também o quanto as palavras de ordem “desenvolvimentistas” traduzem representações inadequadas ou ideológicas da realidade.

Após relembrar o contexto histórico-geográfico da agricultura brasileira e nordestina, o livro propõe várias sínteses temáticas, como: a evolução das formas de estruturação do espaço local; a diversidade e as trajetórias de evolução das unidades de produção agrícolas; a ação coletiva e a organização dos produtores; e a dinâmica dos sistemas técnicos de produção e das formas de valorização dos produtos. Esses estudos levam ainda a uma reflexão sobre as funções de uma pesquisa para o desenvolvimento e abordam questões que conduziram os pesquisadores a ampliar seu campo de estudos e a propor novos enfoques.

² Colaboraram para esse livro: Rogério Santana Alves, Claire Cerdan, Yves Clouet, Clovis Guimarães, Pedro Carlos Gama da Silva, Bernard Hubert, Jussara de Souza Oliveira, Denis Sautier, Jean Philippe Tonneau e Rémi Trier.

A pluriatividade na Agricultura Familiar

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. 254 p.

O livro de Sérgio Schneider aborda o tema da pluriatividade no meio rural e seu papel nas estratégias de reprodução social dos agricultores familiares. A pluriatividade é entendida como uma característica típica dos processos de desenvolvimento nos quais a integração dos agricultores familiares à divisão social do trabalho passa a ocorrer não mais exclusivamente por meio de sua inserção nos circuitos mercantis via processos de produção agropecuários ou por atividades exclusivamente agrícolas. A pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas em contextos nos quais sua articulação com o mercado se dá por meio de atividades não-agrícolas ou para-agrícolas.

Procura demonstrar que a pluriatividade traduz-se em iniciativas diferenciadas às quais indivíduos e famílias de agricultores recorrem em diferentes momentos de seu ciclo demográfico. Mostra que a emergência da pluriatividade está fortemente relacionada à dinâmica das economias locais, particularmente às características do mercado de trabalho de atividades não-agrícolas que existem em determinados territórios. Nesse sentido, tenta compreender o modo como se dá o processo de articulação entre as distintas estratégias adotadas pelas famílias rurais e a dinâmica dos mercados e do contexto social e econômico. A pluriatividade é entendida como uma estratégia deliberada de indivíduos e famílias que buscam viabilizar formas de garantir sua reprodução social.

O estudo focaliza a presença da pluriatividade na agricultura familiar em duas regiões (encosta inferior da Serra e Vale do Médio Itajaí) do Sul do Brasil, nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Nessas regiões, a reprodução da agricultura familiar já não ocorre exclusivamente pelo trabalho na propriedade e pela produção agrícola, pois os membros da família tendem a buscar ocupações e complementação de renda em atividades não-agrícolas realizadas fora da propriedade, em tempo integral ou parcial. As atividades não-agrícolas desenvolvidas são variadas, embora a inserção nas empresas do ramo de calçados e têxteis seja mais frequente.

Livros recém-lançados sobre agricultura familiar, no âmbito da cooperação França–Brasil

Algumas vezes, a pluriatividade provoca modificações na organização da unidade produtiva agrícola, estimulando o uso da terra para cultivos permanentes, como o reflorestamento ou a agricultura de subsistência. Outras vezes, a pluriatividade de membros da família não afeta a produção agrícola, caracterizando-se basicamente como estratégia de emprego de mão-de-obra excedente na agricultura.

O autor conclui que a pluriatividade e as atividades não-agrícolas que se disseminam no meio rural do Sul do Brasil têm contribuído não apenas para a reprodução da agricultura familiar, mas também para o fortalecimento de processos locais de desenvolvimento rural.

L'épopée inachevée des paysans du monde

(A epopéia sem fim dos camponeses do mundo)

MALASSIS, L. **L'épopée inachevée des paysans du monde**. Paris: Fayard, 2004. 524 p.

Após *La longue marche des paysans du monde*, publicado em 2003, *L'épopée inachevée des paysans du monde* constitui um convite para visitar os camponeses dos cinco continentes e tentar entender suas condições de vida e o sentido de suas lutas.

Os primeiros agricultores criaram as bases de uma agricultura produtiva que permitiu a formação de todas as grandes civilizações: uma proporção crescente da população foi, assim, liberada da obrigação de procurar sua alimentação e teve a possibilidade de pensar e fazer outra coisa.

Os camponeses, porém, só se beneficiaram bem mais tarde dos bens e dos alcances das civilizações que eles tinham ajudado a criar, e hoje muitos ainda continuam privados dessas conquistas.

Longa, portanto, é a marcha dos camponeses do mundo para livrarem-se de sua servidão histórica e para serem reconhecidos como verdadeiros cidadãos; para poderem afirmar sua fé e expurgarem suas superstições; para

Livros recém-lançados sobre agricultura familiar, no âmbito da cooperação França–Brasil

terem acesso à instrução e à cultura; para poderem organizar-se e falar em seu nome; para abrirem-se à sociedade e ao mundo; para saírem da pobreza e alcançarem os objetivos elementares da economia humana; para viverem com dignidade e serem respeitados.

Stratégies des firmes industrielles et contestation sociale

(Estratégias das firmas industriais e contestação social)

HOMMEL, T. **Stratégies des firmes industrielles et contestation sociale.** [Montpellier]: Cirad: Cemagref: Ifremer: Inra, 2004. 354 p.

Certas empresas industriais adotam espontaneamente atitudes para melhorar seus desempenhos ambiental e sanitário sem, aparentemente, se levarem por medidas administrativas obrigatórias ou incitativas, ou por ofertas de transação, ou, ainda, por ações judiciais movidas por terceiros.

Esse livro propõe uma explicação econômica para esses comportamentos, interpretando-os como estratégias de antecipação de potenciais contestações sociais da atividade econômica das empresas.

O autor explica em que condições essas estratégias podem aparecer e mostra sua distribuição entre os diversos setores da economia e os tipos de empresa. Estuda em que medida essas estratégias podem ser satisfatórias do ponto de vista do bem-estar coletivo para tirar ensinamentos em termos de concepção das políticas públicas de meio ambiente e saúde. A abordagem teórica é apoiada pelo exemplo, na Alemanha e na França, do setor de produção dos organismos geneticamente modificados e daquele de tratamento superficial dos materiais. Esse livro é destinado a universitários, pesquisadores, estudantes, membros das ONGs e aos tomadores de decisão dos setores público e privado.